

**O IFT E O AGOSTINIANOS RECOLETOS
A PARTIR DOS DOCUMENTOS DO CAPÍTULO PROVINCIAL
DA PROVÍNCIA DE SANTA RITA DE
CÁSSIA – 1966**

Sérgio PERES DE PAULA, OAR

Resumo

O Instituto de Filosofia e Teologia foi uma instituição intercongregacional criada em 1965 em São Paulo, Brasil. Nele estudaram os seminaristas agostinianos recoletos da então Província de Santa Rita de Cássia, cujo capítulo provincial, em 1966, discutiu a respeito do envio e permanência dos estudantes naquela instituição. Os relatórios, atas, anexos e discussões do capítulo dão informações relevantes para entender melhor aquela instituição, os seus propósitos e sua adequação ao que era solicitado, conforme se entendia na época, pelo Concílio Vaticano II e a renovação da formação nos seminários.

Abstract

The Institute of Philosophy and Theology was an inter-congregational institution created in 1965 in São Paulo, Brazil. The Augustinian Recollect seminarians from the then Province of Santa Rita de Casia studied in this Institute. In the provincial chapter of 1966, the capitulars discussed the sending and permanence of the students in the said institution. The reports, acts, appendices and discussions of the chapter offer information that helps to better understand the institute, its purpose to the adaptations to the Second Vatican Council and of the renewal of formation in seminaries as they understood it at that time.

A Província de Santa Rita de Cássia, da Ordem dos Agostinianos Recoletos, com sede em Ribeirão Preto de 1960 a 2018 foi uma das ordens religiosas que enviou os seminaristas para estudarem no Instituto de Filosofia e Teologia, IFT. Esta instituição foi criada pela Conferência dos Religiosos do Brasil, CRB, com o propósito de fornecer uma formação religiosa e sacerdotal que integrasse várias ordens e congregações religiosas de acordo com os propósitos definidos pelo Concílio Vaticano II: uma formação atualizada, capaz de dialogar com os tempos modernos, com perspectiva pastoral, segundo a realidade de cada país.

O início das atividades do IFT se deu em 1965, em São Paulo. A sede, nos seus três primeiros anos de funcionamento (1965-1967), era no edifício do Colégio Des Oiseaux, mais exatamente, o Instituto «Sedes Sapientiae», das Cônegas

de Santo Agostinho, situado na esquina da Rua Augusta com a Rua Caio Prado, no Centro de São Paulo.

A Província de Santa Rita de Cássia enviou quatro¹ de seus estudantes de teologia para estudar no IFT em 1965. Como a província não tinha uma casa de formação, um seminário, em São Paulo, os estudantes ficaram provisoriamente hospedados no Seminário Pio XII, dos padres camilianos, no bairro do Jaçanã. Em março de 1966, outros 05 estudantes foram enviados para estudar em São Paulo.

Em junho de 1966, a Província de Santa Rita de Cássia realizou um «Capítulo Provincial». Dentro da pauta do capítulo estava a apresentação de relatórios sobre o IFT e os estudantes agostinianos recoletos em São Paulo.

«Capítulo» é o nome dado a certas reuniões periódicas de ordens religiosas, com níveis e jurisdições diversas e com a representatividade definida nos documentos jurídicos de cada ordem. Capítulo Provincial é então uma instância oficial, deliberativa e normativa, de uma «província», na qual se faz uma avaliação da gestão anterior, discutem-se os temas em pauta, e são definidas as «ordenações» para a próxima gestão. Entre os convocados para os capítulos existem aqueles definidos pelo direito próprio e os representantes dos diversos setores da província eleitos de acordo com os critérios estabelecidos e aprovados pelo capítulo anterior e o superior geral da Ordem.

Os assuntos pertinentes à formação dos seminaristas e o IFT foram discutidos no dia 03 de junho de 1966, durante a terceira e a quarta sessões do capítulo. As decisões em relação ao que foi discutido aparecem nas «Ordenações», aprovadas quase ao final do capítulo. Terminado o capítulo, o chamado «Conselho Pleno» realiza algumas nomeações, dentre elas a do padre formador responsável pelos estudantes de teologia.

Para entender o conteúdo das discussões, faz-se necessário conhecer um dos documentos aprovados pelo Concílio Vaticano II, chamado «Optatam Totius». Este documento é um dos mais citados nos relatórios e anexos. Ocorre aí um fenômeno interessante: este documento teve um texto preparatório discutido na III Sessão do Concílio, em 1964. Voltou à discussão em 1965 e foi aprovado na quarta sessão, promulgado no dia 28 de outubro de 1965. Por ocasião de sua pro-

1 Há uma divergência entre os documentos e informações obtidas através de um dos ex-alunos do IFT, Sr. Régis Lemos. Segundo ele, em 1965, foram para São Paulo os seguintes estudantes agostinianos recoletos: José Alberto Fontanella, Everaldo Duprat, Sérgio Falqueto, José Agostinho Casagrande e João Zuza; em 1966, foram enviados ele, Régis Lemos, Getúlio Falqueto, Ivanir Manzano, Jarbas Novelino Barato, José Giovanni Gomes e Gaudêncio Caliman.

mulgação, o IFT contava já com quase um ano de funcionamento. O interessante é que o conteúdo do documento vem de encontro aos objetivos do IFT e, de certa forma, corrobora sua existência e seus fins. Isto foi percebido e apresentado nos documentos do capítulo e também se constata não só nas falas diretas dessa relação entre o IFT e «os desejos do Concílio», mas na abundância das citações seja no corpo dos textos seja nos rodapés.

Assim, será apresentado uma síntese do documento «*Optatam Totius*», do Concílio Vaticano II, e dos documentos do capítulo, a saber:

- Elenco de questões do Capítulo, elaborado por Fr. Félix Pardo;
- Atas das sessões capitulares;
- As decisões do capítulo sobre a formação;
- Relatório do Padre Provincial, Fr. Estevão Montes;
- Relatórios sobre o IFT apresentado por Fr. Agostinho Borges e Fr. Adayr Fiorotti;
- Os anexos: «Respostas às questões apresentadas por Fr. Lauro sobre o IFT e nossos Teólogos que nele estudam» e «Reflexão em termos de formação» (documento elaborado pelos seminaristas e encaminhado ao capítulo).

1. Decreto «*Optatam totius*» do Concílio Vaticano II

Como já foi dito acima, o documento preparatório foi discutido pelos bispos conciliares durante a III Sessão do Concílio, em outubro de 1964, aprovado na IV Sessão e promulgado no dia 28 de outubro de 1965. O IFT já contava com quase um ano de existência e atividades. O conteúdo do documento, de certa forma, referenda os objetivos e propósitos do IFT de uma formação multidisciplinar e intercongregacional atualizada, capaz de dialogar com os «tempos modernos» e com fins pastorais. Será utilizado o tempo presente porque o conteúdo dos documentos conciliares ainda estão em vigor e será usada a sigla OT para referir-se ao documento.

O tema central do documento é a formação humana, acadêmica, e religiosa dos seminaristas. Já no proêmio, permite-se introduzir no currículo formativo dos seminários novos elementos que correspondam ao que foi aprovado pelo Concílio e «às novas condições dos tempos»². Assim, os bispos conciliares recomendam

² OT, Proêmio in COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II, Constituições, decretos e declarações, 25ª ed., Petrópolis, Vozes, 1996, p. 507-525

adaptar as leis às circunstâncias de tempo de lugar «para que a formação sacerdotal corresponda às necessidades pastorais das regiões em que deve ser exercido o ministério»³. Cabe às conferências episcopais definir os métodos, revisá-los periodicamente e encaminhá-los a aprovação da Santa Sé.

No que se refere ao cultivo de vocações, sejam considerados como auxílio útil os avanços oferecidos pela Psicologia e Sociologia. Nos seminários menores, entenda-se aí etapa anterior à formação acadêmica de nível superior (Filosofia e Teologia), a direção «paternal» dos superiores conte com a cooperação dos pais e «levem uma vida conveniente à idade, ao espírito e à evolução dos adolescentes, plenamente adaptada às normas da sã psicologia, sem omitir uma adequada experiência das realidades humanas e o contato com a própria família»⁴.

Todos os aspectos da formação, a espiritual, intelectual e disciplinar, sejam uma ação conjunta ordenada ao fim pastoral: o ministério da Palavra, o ministério sacramental e o cuidado pastoral⁵. Os formadores devem ser escolhidos entre aqueles considerados ‘educadores idôneos’ por sua solidez doutrinal, adequada experiência pastoral, boa formação espiritual e pedagógica. Os bispos conciliares pedem que se promovam os institutos com tal finalidade e, para atingir os fins de renovação nos seminários, os reitores, superiores e professores realizem reuniões para agirem conjuntamente como «família», numa «estreita união de pensamento e ação»⁶.

Estabelecidos os critérios de seleção ⁷, os bispos incentivam os «seminários comuns», podendo-se entender aí as várias dioceses, ordens e congregações religiosas, regidos pelas normas dos bispos e aprovados pela Santa Sé⁸. Apontam os critérios para formação espiritual, pedindo que não se ocultem as dificuldades da vida sacerdotal e se fortaleçam a vida espiritual através da ação pastoral. A formação seja adequada ao celibato sacerdotal, com as devidas advertências aos perigos da «sociedade atual». Para isto, a Psicologia e Pedagogia sejam instrumentos complementares e auxílio numa disciplina que vise o autodomínio e uma maturidade sólida⁹.

Quando aborda sobre a reestruturação dos estudos eclesiais, os bispos conciliares pedem uma formação humanística e científica adequada para os estu-

3 OT 1

4 OT 3

5 OT 4

6 OT 5

7 OT 6

8 OT 7

9 OT 8 a 11

dos superiores, com disciplinas filosóficas e teológicas articuladas entre si e que favoreçam um «abrir as mentes» ao mistério de Cristo¹⁰.

Tratando da reestruturação dos estudos filosóficos, os bispos afirmam que para um conhecimento sólido e coerente do homem, do mundo e de Deus, sejam também consideradas: as investigações filosóficas dos tempos modernos, sobretudo aquelas de maior influência «na respectiva nação»; o progresso recente das ciências «para que os alunos conheçam de maneira exata a índole da época presente e se preparem convenientemente para o diálogo com os homens de seu tempo»¹¹; o conhecimento dos limites do saber humano; e a relação da filosofia «com os verdadeiros problemas da vida e também com as questões que agitam a mente dos estudantes»¹².

Sobre a formação teológica, os bispos pedem que seja ministrada à luz da Fé e do Magistério da Igreja, como alimento espiritual, para anunciá-la, expô-la e defendê-la no ministério sacerdotal; e que seja aplicada às realidades humanas e comunicada aos homens de hoje. Assim, o diálogo ecumênico e inter-religioso são incentivados. Lembram ainda que a formação teológica não é mera transmissão de conceitos; por isso, pedem a reformulação dos métodos didáticos, citando como exemplo as preleções, colóquios, exercícios, estudos em particular e em equipes¹³.

Quanto à formação pastoral, afirmam os bispos conciliares: «a solicitude pastoral, que deve penetrar toda formação dos estudantes, exige que eles também se instruem diligentemente» ... sobretudo na «capacidade de ouvir os outros»¹⁴. Nessa formação pastoral, sejam cultivadas as aptidões para o diálogo com os homens e às várias situações humanas, considerando a autoridade eclesiástica e os meios pedagógicos, psicológicos e sociológicos. Por fim, os bispos conciliares pedem que a prática pastoral seja incluída no currículo dos estudos e, mesmo durante o exercício do ministério, haja uma formação e atualização contínuas¹⁵.

É perceptível no documento um desejo de adaptação, renovação, atualização dos currículos formativos e acadêmicos aos tempos modernos, uma credibilidade na eficácia das ciências modernas, no caso aqui, sobretudo, da Psicologia, Sociologia e Pedagogia, tanto nos processos de seleção como formação, bem como de um ambiente interno de diálogo e familiaridade nos seminários, que torne

10 OT 13 e 14

11 OT 15

12 OT 15

13 OT 16 E 17

14 OT 19

15 OT 20 A 22.

o sacerdote capaz de dialogar com o mundo. O documento enfatiza também o papel das autoridades nos seus diversos níveis, superiores, reitores, bispos, conferências episcopais e Santa Sé quanto à elaboração e aprovação das mudanças e experiências novas. Tais elementos estarão refletidos nos questionários e relatórios apresentados ao Capítulo Provincial da Província de Santa Rita de Cassia, em 1966.

2. Os anexos

Dentre os documentos do Capítulo Provincial, encontram-se os dois anexos: «Respostas às questões apresentadas por Fr. Lauro sobre o IFT e nossos Teólogos que nele estudam» e «Reflexão em termos de formação», este último elaborado pelos seminaristas e encaminhado aos padres capitulares. Parece que estes documentos, datados de maio de 1966, serviram de base para os demais relatórios apresentados pelo padre provincial e pelos padres capitulares responsáveis pela formação nos seminários. Será destacado aqui somente aquilo que se refere ao IFT e à formação acadêmica ali ministrada.

3. «Respostas às questões apresentadas por Fr. Lauro sobre o IFT e nossos Teólogos que nele estudam»

Frei Lauro de Carvalho Borges era um dos frades que defendeu fortemente a ida dos estudantes para o IFT em São Paulo. Considerado um «intelectual», pensador e «filósofo» da província, sua palavra gozava de peso e respeito. Por isso, ele foi consultado e era um dos padres capitulares nesse capítulo de 1966.

As perguntas abordavam cinco temas referentes ao IFT: a formação científico-cultural do IFT; a atualização da formação oferecida em relação às orientações do Concílio Vaticano II; o IFT e a formação específica; a situação dos seminaristas agostinianos recoletos em São Paulo; as garantias e consolidação do IFT para o futuro.

Com relação à organicidade e a adequação do programa de disciplinas do IFT em ambos currículos, de Filosofia e Teologia, segundo Fr. Lauro, os cursos se articulavam visando um todo da formação sacerdotal. Todos os professores tinham títulos em universidades «no estrangeiro». Uns eram mais eficientes que outros. Um foi tido como deficiente mais pela didática que pela capacidade e já se encontrava afastado do IFT. Quanto ao aproveitamento dos alunos, o sistema do IFT era «liberal», mas ainda não havia tempo suficiente para uma avaliação mais profunda do curso e do aproveitamento dos alunos. Um dos problemas enfrentado pelos alunos era o tempo em condução e deslocamento do Jaçanã até o centro. Embora fossem num ônibus especial, às vezes havia atrasos por causa do trânsito

imprevisível, geralmente em prejuízo da primeira aula. Um dos temas muito debatido nas reuniões do corpo docente eram as formas de consultas e contato mais pessoal entre professor e aluno. Nas aulas, os alunos dispunham de uma ampla margem de diálogo. Os trabalhos de pesquisa requeriam mais contatos entre professor e aluno. Assim, o IFT estabeleceu uma hora na semana, «na quarta-feira, na terceira hora» para revisão de matérias. Aos poucos estavam implantando o sistema de seminários para diversos temas de pesquisa. Neste ponto, Frei Lauro sugeriu que cada comunidade dispusesse de dois padres para orientar os estudantes em casa.

Sobre o IFT e a atualização segundo as orientações do Concílio Vaticano II, a primeira questão apresentada referia-se à formação pastoral em conformidade com as necessidades de cada país. Para Frei Lauro, esta era uma questão difícil de se verificar na prática naquele momento, mas no IFT existia esta preocupação e uma orientação nesse sentido. Todo o curso foi formulado conforme as exigências pastorais. Corria-se o risco de um ativismo em o devido conteúdo doutrinário. Na composição da direção do IFT, procurou-se selecionar diretores e professores adequados para cada área. Entre professores e alunos existia um espírito franco e familiar. Os alunos estavam muito satisfeitos com «esse espírito». As disciplinas filosóficas e teológicas estavam bem coordenadas e formavam um todo orgânico da formação sacerdotal superior. O corpo docente se reunia com frequência para corrigir falhas. O curso de Filosofia se encontrava bastante afetado pela falta de «curso médio superior» em todos os alunos. O curso de Teologia havia se processado muito bem. «Todas as disciplinas convergem para a ideia central do curso: o mistério da salvação». Os métodos didáticos foram radicalmente reformulados, dando-se importância maior para a pesquisa pessoal e a ampla participação nas aulas pelos alunos.

No IFT, havia a oportunidade de uma convivência diária com religiosos de ordens diversas e influência de professores de formação em ordens e congregações diferentes. Para Frei Lauro, isto favorecia uma abertura para uma formação eclesial e maior compreensão em relação à diversidade de ordens e clero secular. Não competia ao IFT a formação específica. Esta não era sua preocupação. Cada ordem deveria se preocupar com a sua. O contato mais aberto com o mundo (ônibus, encontros, liberdade sem vigilância contínua, professores leigos) fatalmente prejudicava a forma tradicional como se entendia «recolhimento». No entanto, os estudantes alojados no seminário no Jaçanã, dispunham de momentos para recolhimento pessoal. Para ele, o IFT não formaria religiosos sem amor à Ordem. Favorecia, isto sim, uma vocação específica mais autêntica e «maduramente deliberada».

Em relação à situação dos «coristas», estudantes agostinianos recoletos, em São Paulo, o fato de estarem hospedados num seminário «estranho» prejudicava

a formação própria da Ordem. Os estudantes faziam trabalhos pastorais na Vila Hamburguesa e a distância «é desoladora», demandando uma «perda de tempo enorme». Assim, o quanto antes possível a Ordem deveria construir ou adquirir e adaptar um prédio para este fim em São Paulo. Os estudantes de Filosofia de Franca, na sua opinião, só deveriam fazer Filosofia no IFT quando houvesse uma casa própria.

Interrogado se o IFT era uma «experiência consolidada» ou se «teme ainda» pelo seu fracasso e fechamento, frei Lauro responde que a instituição se encontrava naquela ocasião no seu segundo ano de existência e já era considerado um dos melhores seminários maiores do Brasil. Mesmo que sua eficácia não fosse total, ele acreditava que tendia a se aperfeiçoar. Quanto às perspectivas para o futuro, era difícil prever. «O cardeal D. Agnello Rossi, segundo me consta, parece desejar a fusão do Ipiranga e IFT – Mas sobre isso não há absolutamente nada de positivo, nem houve jamais conversações a respeito. É possível que sejam até boatos». Segundo Fr. Lauro, o IFT deveria caminhar para ser uma universidade eclesial.

Um dos problemas era quanto ao envio de mais padres para acompanhar os estudantes. Para Frei Lauro, existia essa possibilidade, mas também a província enfrentava o problema da escassez de pessoal. Era necessário, no entanto, um padre versado em Filosofia para acompanhar os estudantes, que necessitavam e buscavam orientação extra-classe.

As informações presentes nesse questionário de Fr. Lauro se repetem com frequência nos demais relatórios. Uma informação que não aparece e sobre a qual não se deu importância foi quanto ao «temor» pelo fracasso e fechamento do IFT. Frei Lauro deixa a entender que havia possíveis boatos de que o cardeal projetava unir o IFT com o seminário arquidiocesano no Ipiranga. Seria o IFT uma instituição que protelava as atualizações requeridas pelo concílio no seminário arquidiocesano? Isto teria pesado futuramente, quando o cardeal fechou o IFT?

4. «Reflexão em termos de formação»

Este texto consta como elaborado pelos seminaristas agostinianos recoletos, porém, não nomeia nem consta nenhuma assinatura, sob a orientação de Frei Adaury Fiorotti, datado de 22 de maio de 1966. São oito páginas datilografadas, que constam de uma introdução e quatro partes: «Constatação», «Igreja», «Vida Religiosa» e «Nossa Formação». Percebe-se que foi utilizado o método «Ver, Julgar e Agir», difundido sobretudo pela «Ação Católica». As partes de interesse em relação a informações sobre o IFT são a primeira e a quarta; as partes segunda e terceira são praticamente uma série de citações bíblicas e de documentos da igreja, sobretudo do Concílio Vaticano II.

Na «Introdução Geral», eles manifestam a consciência de que a Igreja passava por um momento de revisão de si mesma, sentem a Igreja vivificada com o desafio da realidade brasileira a ser enfrentado. «E nós, seminaristas Agostinianos Recoletos que encarnamos a Igreja dentro de uma realidade (São Paulo – I.F.T.), e dentro de uma família religiosa (Agostiniana Recoleta) com o melhor de nossas forças queremos ajudar a construir o Povo de Deus nas perspectivas que o Plano de Deus nos colocou». E apresentam também o objetivo da respectiva reflexão: «Queremos apenas fazer chegar aos nossos padres capitulares o que pensamos sobre nós e nossa vocação, sobre nossa formação e nossa Ordem, e o que desejamos ser». E ainda afirmam: «Não foi uma decisão apressada. Este esquema reflete, de fato, o que pensamos».

No primeiro item, apresentam uma série de críticas à formação que haviam recebido antes de serem enviados a São Paulo, procurando confirmar estas críticas com citações dos documentos do Concílio Vaticano II. Os documentos utilizados foram «Perfectae Caritatis» (sobre a vida consagrada), «Lumen Gentium» (sobre a Igreja) e «Optatam totius», já abordado anteriormente.

Eles se referem à «crise» nas diversas etapas da formação. No seminário menor, eles tinham a consciência de crianças, adolescentes e jovens. No noviciado, experimentaram a «alienação da personalidade», que não criou «consciências responsáveis», não formou para uma escolha consciente. O «coristado» constituía a fase após o noviciado que, na época implicava os estudos de Filosofia e Teologia. Eles já haviam feito os estudos de Filosofia no convento Nossa Senhora Aparecida em Franca, interior de São Paulo. Para eles, esta etapa foi marcada pela imaturidade. «Não chegamos a uma maturidade no curso filosófico porque o seminário menor e o noviciado não nos preparam para isto». Assim, para eles, a crise que enfrentavam era de «estrutura».

Naquela ocasião em que se encontravam em São Paulo, num seminário de outra ordem religiosa, os seminaristas experimentavam uma tensão entre superiores e súditos e questionavam os conceitos de comunidade e autoridade. «Não houve uma solução bilateral do problema devido a um afastamento de vida que não leva a um diálogo». Quanto à «comunidade», para eles «não familiar mas jurídico e físico» havia uma valorização excessiva do ato comunitário como presença física. «Fazemos atos comunitários, não vivemos uma vida comunitária (de família)». Eles viam o exercício da autoridade como «militarista e paternalista»: «superiores existem para criar atividades para os súditos e não para coordenar as atividades dos súditos». Na própria vida religiosa agostiniana recoleta para eles havia uma ausência de uma «visão clara da atividade específica da Ordem» e entre eles pairava a dúvida se as «Constituições» da Ordem correspondem ao «espírito agostiniano».

Na relação entre a Ordem e a Igreja, os seminaristas afirmaram que existia uma «visão triunfalista da Ordem dentro da Igreja» e um desconhecimento do «sentido de Igreja e do sentido de serviço da Ordem dentro da Igreja», com pouca ou nenhuma detenção aos valores humanos, uma «alienação» da realidade vida dos homens e uma pastoral não integrada na formação.

Quanto à estadia dos seminaristas em São Paulo, na perspectiva dos que participaram desse relatório, ele dizem: «vemos claramente nossa vocação agostiniana quando entramos em contato com outras vocações»; com isto, adquiriram igualmente uma maior responsabilidade pela vocação. «A nossa situação moveu-nos a refletir sobre o que escolhemos».

Os seminaristas viam o IFT como uma «resposta ao OT 7», que incentiva a criação de seminários comuns entre dioceses e ordens religiosas. Era seu segundo ano de atividade e já estava sendo considerado um dos melhores seminários do Brasil. Os professores eram devidamente preparados para cada matéria e com uma coordenação das disciplinas eclesiais. «Não vemos essa estadia como experiência, mas como contribuição positiva para nossa formação». Demonstraram também como um dos seus maiores desejos uma casa própria em São Paulo: «pensamos numa casa de formação agostiniana em São Paulo».

Sobre a própria formação, eles afirmam a necessidade de se valorizar a pessoa humana e seus múltiplos valores, observando a singularidade do indivíduo e desenvolver os valores de suas singularidades. Para eles, a formação é um processo interior em vista de um engajamento, no qual a pessoa age segundo a fé e os valores do silêncio e do retiro como convergência das forças interiores. O agir humano implica uma consciência moral que, por sua vez, implica a liberdade e a consciência como essenciais. Quando se trata de «consciência do Plano de Deus sobre o homem», igualmente «a liberdade é fundamental e característica essencial da formação». Para eles, eles estavam na Ordem como uma «opção na liberdade com responsabilidade».

Em todo esse relatório, há uma presença acentuada das palavras «liberdade», «consciência», «responsabilidade» e «opção». Nos últimos parágrafos, por exemplo, em três frases a palavra «liberdade» aparece quatro vezes.

5. Os relatórios

Existem três relatórios, que provavelmente foram baseados nos anexos tratados anteriormente: dois relatórios assinados por Fr. Agostinho Borges e Fr. Adaury Fiorotti, um deles escrito em espanhol; e o relatório do então padre provincial, Fr. Estêvão Montes. Provavelmente, este último seja baseado nos dois anteriores.

6. «Como procede la vida de nuestros estudiantes en el Instituto de Filosofía y Teología (I.F.T.) de São Paulo»

Este relatório assinado por Fr. Agostinho Borges e Fr. Aduary Fiorotti, em duas páginas datilografadas traz algumas informações sobre o IFT até aquele momento. O primeiro item, aborda sobre a vida comunitária dos seminaristas no Seminário Pio XII, dos camilianos, no bairro do Jaçanã, em São Paulo. Além dos seminaristas agostinianos recoletos, havia um salesiano e 04 seculares do norte do Brasil, num total de mais de 40 seminaristas. As aulas no IFT eram à tarde e saíam da residência às 14h. Um os problemas que os seminaristas agostinianos enfrentavam era a falta de um lugar para praticarem os atos próprios da Ordem. O IFT funcionava no Instituto «Sedes Sapientiae», das freiras Cônegas de Santo Agostinho, sob a direção da CRB com professores de diversas ordens religiosas, e também leigos. Sendo seu segundo ano de existência e atividades, era já considerado um dos melhores seminários maiores do Brasil, com um corpo docente inteiramente especializado em suas respectivas disciplinas; com um programa de estudos dentro da linha do Concílio Vaticano II. A ideia central do curso era «A História da Salvação e o Plano de Deus na História». Havia falhas, uma vez que o programa era ainda experimental. Os professores, no entanto, se reuniam frequentemente para avaliar se os objetivos estavam sendo atingidos e corrigir as falhas. Ao todo, eram cerca de 160 seminaristas.

«O IFT visa formar uma verdadeira consciência sacerdotal, com formação atual e profunda responsabilidade pessoal do sacerdócio escolhido» (tradução livre).

A formação específica de cada Ordem não era responsabilidade do IFT. O confronto e a convivência com outros religiosos os levavam a uma reflexão mais pessoal de sua vocação de agostinianos recoletos. A hospedagem, a distância e a residência não própria prejudicavam a formação própria. Era urgente construir uma residência própria.

7. «Exigências de Renovação e atualização nos métodos formativos de nossos seminários. Normas Práticas»

Este relatório vem igualmente assinado por Frei Agostinho Borges e Fr. Aduary Fiorotti, em nove páginas datilografadas. Interessa à pesquisa o ponto referente ao «Seminário Maior», que era uma das etapas realizadas no IFT.

Tratando sobre o «Seminário Maior», os autores do relatório iniciam afirmando que «as novas situações dos tempos exigem a atualização». Respaldam-se no documento «Optatam totius» para se orientarem na busca de normas práticas para atualização e renovação dos seminários. Reconhecem que o tema é com-

plexo, pois «o caráter definitivo de normas nesse campo levará já consigo o fracasso, uma vez que as conclusões válidas de experiências levadas a cabo é que poderão abrir caminhos para a adoção do que melhor se enquadre em nossa vida e ambiente» (pag. 1). Lembram ao Capítulo a necessidade de rever os métodos de formação nos seminários, acompanhando os movimentos de atualização executados naquele momento no Brasil, procurando também atender os desejos do Concílio.

A etapa de seminário maior referente ao curso de Teologia era realizado no IFT, cujo curso sacerdotal era ministrado numa «linha unitária de todas as disciplinas articuladas entre si», de tal forma que a instituição atendia ao desejo do Concílio. Para que houvesse uma formação filosófica e teológica interrelacionada, fazia-se necessário um maior sentido de pesquisa e estudo dos problemas vitais da Filosofia Contemporânea, visando uma «solução cristã desses mesmos problemas; um contato com o ambiente estudantil «para os seminaristas sentirem o que sente a juventude»; problemas surgiriam e demandariam «ulterior reflexão»; a leitura de obras modernas e de «questões em que se debatem os homens de hoje»; e, por fim, as discussões críticas, dirigidas por um padre. O «sistema tradicional de aulas» não respondia mais. Na busca de novos métodos, fazia-se necessário a criação de equipes de pesquisa para despertar um maior interesse e obter um maior aproveitamento pelos estudantes. A finalidade dos estudos no IFT é «apostólica». Assim, o engajamento pastoral não era uma atividade avulsa, mas um complemento necessário à formação sacerdotal e capacitaria ao amplo diálogo «com os homens de hoje» (pag. 2).

Para os autores do relatório, o estudo, a pastoral e a espiritualidade formavam um todo para uma espiritualidade mais profunda, mais refletida, convicta, com fundamento mais sólido, visando uma «opção maduramente deliberada da vocação». Por isso, era preciso evitar esquemas rígidos, artificiais, que não correspondiam mais às exigências atuais; coragem para romper com «certos atos que condicionam fatalmente a rotina». Segundo eles, deixar como estava, «tudo condicionado por esquemas estereotipados» era mais fácil que assumir a «responsabilidade duma opção consciente» (pag. 3).

Esta parte sobre o Seminário Maior termina com algumas sugestões apresentadas pelos relatores: maior flexibilidade de horário, menos rigidez e mais liberdade; que o seminarista escolhesse o tempo e o lugar para «certos atos de piedade», escolha esta que constituía a «base duma opção deliberada e livre». No que se referia à vida comunitária, sugerem um ambiente onde houvesse o calor humano de uma família e «amor de família ao serviço». Para eles, faltar a um ato comunitário quando se estava prestando um serviço em outro lugar era por si um «ato comunitário» (pag. 4).

Para a elaboração destes relatórios, além dos documentos do Concílio da Igreja, utilizou-se vários artigos da «Revista Eclesiástica Brasileira», editada pela Editora Vozes, dos frades franciscanos, em Petrópolis, e que, além de documentos da Igreja Católica, publicava artigos de pessoas consideradas renovadas e especializadas em diversos assuntos da Igreja, como formação, espiritualidade e pastoral. Nas revistas de 1963 a 1965 estão contidos diversos artigos relacionados às crises de vocações e nos seminários, fazendo análises da situação e propondo sugestões. Estes artigos tiveram um peso expressivo no conteúdo dos relatórios.

8. Relatório do Padre Provincial

O Padre Provincial, no seu relatório, na parte referente à formação nos seminários, iniciou fazendo referência aos apelos do Concílio Vaticano II e a exigência de um apostolado moderno que «urgem uma renovação e aprimoramento na formação sacerdotal». Assim, com o intuito de ter seminaristas mais preparados para enfrentar os problemas atuais e em vista da necessidade de ordem pastoral, a província havia decidido enviar em março de 1965, com a devida aprovação do superior geral, quatro jovens do curso teológico do convento de Franca para o IFT, em São Paulo, «subordinado à CRB». Em março de 1966, foram enviados mais cinco estudantes para «uma experiência moderna em matéria de formação de seminaristas, reunindo em um só curso, estudantes de várias ordens e congregações». Segundo o padre provincial, o IFT «quer ser uma escola de cristianismo autêntico»; nele, os professores se empenham em formar uma «comunidade de fé, de amor, de culto e de trabalho»; estava «sincronizado» como aquele momento histórico e atento à doutrina da Igreja.

Conforme os «informes» que ele havia recebido, os «coristas» haviam obtido boas notas nos exames, mantinham um comportamento louvável e ‘acompanham, quanto lhes é possível, a vida agostiniana».

«Tanto os nossos coristas de S. Paulo, como os de Franca, adquirem, através de encontros com seminaristas de outras Ordens e Congregações, uma mentalidade e uma personalidade que os torna mais conscientes e responsáveis nos seus deveres».

9. As Atas do Capítulo

As discussões relativas à formação e ao IFT aconteceram durante a terceira e quarta sessões, realizadas no dia 03 de junho de 1966, na parte da manhã e na parte da tarde, respectivamente, após as leituras dos relatórios do padre provin-

cial, quando Frei Agostinho Borges expôs o tema: «Exigência de renovação e atualização nos métodos formativos de nossos seminários; normas práticas».

Aberta a discussão, Fr. Hilton interveio dizendo que muitas das sugestões contidas na dissertação não se compaginavam nem com o Código de Direito Canônico nem com as leis internas que deviam ser respeitadas. Frei Lauro diz que houve uma abertura gradual e prudente na instituição em relação aos alunos. Frei Agostinho Borges disse que a abertura para os estudantes do IFT era necessária «ante a realidade das coisas» para não se entrar em choque. O padre presidente do capítulo, Fr. Jenaro, disse que a estrutura dos estudos e a pragmática de vida das ordens religiosas dependiam das cúrias gerais e lembra a «Ratio Institutionis», que regia os estudos na ordem. Ele sugeriu que fossem designados um ou mais religiosos para estudar o decreto «Optatam totius» e propusesse à Cúria Geral uma nova estrutura e pragmática de formação, tendo em conta as circunstâncias do Brasil.

O tema seguinte foi apresentado por Frei Lauro e fora elaborado por ele juntamente com Fr. Aurélio Ochoa: «Instituto Filosófico e Teológico de São Paulo», no qual apresentaram, após uma introdução, um breve resumo histórico e algumas noções gerais sobre o IFT «como instituição pioneira na renovação da formação sacerdotal conforme o Concílio Vaticano II», a situação da província no setor da formação, a necessidade e conveniência do IFT para a formação sacerdotal e os inconvenientes a serem superados.

Após a apresentação, abriu-se uma nova discussão. Frei Hilton disse que no início era contra a ida dos estudantes para São Paulo pelo fato de se hospedarem em casa fora da Ordem e não poderem ter a formação espiritual e específica da Ordem «absolutamente necessárias». Frei Aurélio disse que era muito difícil ter «capítulos» (de formação) sobre «coristas» que viviam em lugares distantes. O padre presidente disse que o momento era de «transição», de abertura e «não podemos ficar à margem». Segundo ele, retirar os estudantes de São Paulo poderia ter um efeito negativo, desorientador e psicologicamente prejudicial. Os inconvenientes deveriam ser resolvidos da melhor maneira possível e apresentou como sugestão que se construísse um seminário em São Paulo, de «planta nova», nada de comprar prédio antigo e reformar.

Em continuação às discussões da sessão anterior, os padres capitulares manifestaram um parecer favorável quanto à continuação dos estudantes no Seminário Pio XII dos Camilianos. O padre presidente apresentou uma sugestão: «como sede provisória dos estudantes, se alugasse uma casa, onde pudessem levar vida de comunidade dentro da Ordem, observando-se a devida disciplina». Frei Lauro interveio e lembrou que a permissão dada pelo Superior Geral para que os estudantes estudassem no IFT determinava que residissem num seminário.

10. Decisões do Capítulo Provincial sobre a Formação

As decisões finais de um capítulo têm caráter normativo e de tarefas a serem cumpridas pela próxima gestão. Na redação destas decisões sobre a formação, buscou-se respaldá-las com os documentos do Concílio Vaticano II, sobretudo o decreto «Optatam totius».

O capítulo aprovou a experiência de envio dos estudantes para o IFT. Incumbiu o padre provincial e seu conselho, na época chamado de «Definitório» a urgência de se construir um seminário de Teologia em São Paulo. Determinou ao provincial que designasse um ou mais religiosos para estudar o decreto «Optatam Totius» e propusesse à Cúria Geral uma estruturação de estudos e uma pragmática de formação em conformidade com as condições do Brasil, considerando também «as justas aspirações e retos critérios dos coristas da Província».

Por fim, o «Conselho Pleno», que se reunia imediatamente após o capítulo para as nomeações de alguns religiosos, reunido no dia 07 de julho, nomeou Fr. Adauri Fiorotti como «Regente de Estudos». No entanto, surgiu um problema jurídico, pois o frade nomeado não dispunha do título de «Leitor» requerido pelas leis internas. Fr. Adauri, porém, tinha títulos acadêmicos obtidos em Roma. Assim, foi sugerido que se pedisse a dispensa do outro título ao superior geral.

11. Síntese final

É perceptível nos documentos, tanto o decreto «Optatam Totius» como os demais documentos tratados, uma série de ideias comuns, que se repetem com frequência, quase que nos mesmos termos. O decreto «Optatam Totius» foi utilizado abundantemente, o que mostra o desejo de dar força e apoio ao IFT como uma instituição que, antes do próprio decreto, já estava alinhado àquilo que foi determinado nele.

A ideia mais constante é a de adaptação das leis, atualização das normas e reestruturação acadêmica segundo os tempos atuais, modernos, conforme a realidade brasileira, no caso, e em vista do ministério pastoral, da «ação». Para isto, os currículos e disciplinas acadêmicas deveriam buscar novos métodos, revisados periodicamente pelas devidas autoridades. Nos seminários, no que tangia a formação interna, deveria se buscar o auxílio das ciências modernas, como a Psicologia, Sociologia e Pedagogia. A atualização deveria abranger todos os aspectos da formação: intelectual, comunitário, espiritual e pastoral. Em todos os ambientes, tanto internos dos seminários, quanto da formação acadêmica e pastoral, há uma demanda por uma «ação conjunta», um trabalho orgânico, coordenado harmonicamente com pessoas devidamente preparadas e especializadas nas suas respectivas áreas. No exercício da autoridade, fala-se muito na «direção paternal», diálogo e criação de um ambiente familiar. O «diálogo» está presente tanto no

que se refere ao exercício da autoridade quanto na capacitação para a vida acadêmica e pastoral em relação aos «homens de hoje». A iniciativa de «seminários comuns» era em vista de uma formação acadêmica mais sólida e profunda bem como para um maior senso de «Igreja», dada a sua diversidade de expressões e organizações internas. Incentivou-se também dentro da busca de novos métodos, não só a ampla participação dos alunos em sala de aula, mas também nas pesquisas individuais ou em grupo.

Além das constantes, existe a referência a um possível boato do desejo do Cardeal D. Agnello Rossi em unir o IFT ao seminário arquidiocesano no Ipiranga. Resta saber se já havia alguma insatisfação nesse período que tenha sido relevante depois quando o mesmo cardeal extinguiu o IFT.

É nítido nos documentos uma certa insatisfação e encorajamento para uma ruptura em relação às tradições existentes até então; a busca de experiências novas e a construção de novas expressões acadêmicas, formativas e pastorais.

O desafio fora lançado, mas não se desenrolaria sem tensões e frustrações. O que predomina nesse capítulo de 1966 ainda é um clima de expectativa e esperança nas novas expressões e formas acadêmicas e pastorais. Este clima de confiança num futuro renovado e moderno confirmou e aprovou as experiências já em andamento.

Fontes

Decreto *Optatam Totius* in COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II, *Constituições, decretos e declarações*, 25ª ed., Petrópolis, Vozes, 1996, p. 507-525

Outras que se encontram no arquivo da Ordem dos Agostinianos Recoletos, em Ribeirão Preto:

Elenco de questões do Capítulo, elaborado por Fr. Félix Pardo;

Atas das sessões capitulares; As decisões do capítulo sobre a formação;

Relatório do Padre Provincial, Fr. José Gonçalves;

Relatórios sobre o IFT apresentado por Fr. Agostinho Borges e Fr. Adayr Fiorotti;

os anexos:

«Respostas às questões apresentadas por Fr. Lauro sobre o IFT e nossos Teólogos que nele estudam» «Reflexão em termos de formação» (documento elaborado pelos seminaristas e encaminhado ao capítulo).

Sérgio PERES DE PAULA
Ribeirão Preto, Brasil